

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Souza Oliver, Graciela

MEMÓRIAS SOBRE A ARBORIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
12, núm. 2-3, 2008, pp. 89-112

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MEMÓRIAS SOBRE A ARBORIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE*

*Graciela de Souza Oliver***

Resumo. O artigo analisa o sentido dado à arborização por Abílio Barreto e Raul Tassini em textos sobre a história da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX. Por essa análise compreende-se que a percepção dos elementos naturais esteve relacionada à construção de uma identidade para a nova capital.

Palavras-chaves: História e natureza; arborização, história e identidade cultural, Abílio Barreto; Raul Tassini.

MEMORIES ON BELO HORIZONTE'S URBAN TREES

Abstract. This article identifies the sense given to the urban trees by Abílio Barreto and Raul Tassini, when they write about the history of Belo Horizonte in the early twentieth century. Through the analysis, the author understands that the perceptions of those natural elements were closely related to the construction of the identity of the new capital.

Keywords: history and nature, urban trees, history and cultural identity, Abílio Barreto, Raul Tassini.

MEMORIAS SOBRE EL PROCESO DE ARBORIZAR BELO HORIZONTE

Resumen. Este artículo analiza el sentido dado por Abílio Barreto y Raul Tassini en sus escritos sobre la historia de la ciudad de Belo Horizonte al proceso de arborizarla a comienzos del siglo XX. A partir de este análisis se comprende que la

* Artigo recebido em 25/5/2007 e aprovado em 14/3/2008.

** Bolsista CAPES, pós-doutoranda em História, Departamento de Universidade Federal de Minas Gerais. Resultado parcial de pesquisa realizada com o apoio da FAPEMIG ao projeto: "Ciências Agrícolas e a construção da idéia de Natureza em Belo Horizonte: Campanhas Educativas de Proteção às árvores, 1950 – 1983". E-mail: gracioliver@gmail.com

percepción de los elementos naturales estuvo relacionada a la construcción de una identidad para la nueva capital.

Palabras Clave: historia y naturaleza, proceso de arborizar, historia e identidad cultural, Abílio Barreto, Raul Tassini

INTRODUÇÃO

Pensar sobre as árvores, jardins e parques da cidade como natureza implica em questionarmos a visão comum de que esta reside apenas fora das fronteiras urbanas (DUARTE; OSTOS, 2005). É notar como as fronteiras entre os espaços e o significado da presença vegetal e animal na cidade são fluidas e foram constituídas historicamente. É o homem quem considera o que é representante dessa essência da natureza e quem atribui, pelo discurso, a noção de uma paisagem intocada, ou aquela ausente da cultura humana, porque a natureza não se nomeia e não se venera a si mesma (SCHAMA, 1999).

A passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e industrial entre os séculos XVII e XVIII, acelerada a partir da Segunda Revolução Industrial por um forte processo de urbanização em meados do século XIX e pelo desenvolvimento da História Natural, possibilitou a separação das visões popular e erudita sobre o mundo natural (KEITH, 1988, p. 95). Essas mudanças acompanharam a formação e a consolidação dos Estados nacionais Europeus e, na sequência, uma nova expansão colonialista sobre o mundo.

Conjuntamente com esses processos, a partir de fins do século XVIII o fazer científico foi excluindo a atuação das mulheres, distanciando-se das práticas manufatureiras e se afirmando cada vez mais pelo trabalho de especialistas, em seus gabinetes e laboratórios (SCHIEBINGER, 1990, 1996). Os jardins botânicos deixaram de ser propriedades de particulares, lugares do exótico e da admiração da obra divina, para serem lugares da observação e experimentação científica, segundo a teoria botânica de Lineu ou de seus opositores, como Buffon, Cuvier, Lamarck e De Candolle (DOMINGUES, 2001, p. 27-28).

Nesses lugares, reservados para a natureza e situados dentro das cidades, os nomes ligados aos usos cotidianos ou ao sinal de mau augúrio foram substituídos por uma nomenclatura científica, transformando a natureza em riqueza das nações e objeto das explorações científicas

(KEITH, 1988, p. 92). Sob o ideal enciclopédico da época, nota-se uma "verdadeira mobilização do mundo" para a concretização de um inventário geral da natureza, da qual o Império Português - e depois o Brasileiro - não ficaram à margem (LOPES, 1997, p. 14-15).

Assim, os jardins botânicos e os museus de História Natural desempenharam papel fundamental nessa expansão imperialista por meio da descrição, classificação, aclimação e troca de plantas e animais entre os continentes, valorizando assim os produtos tropicais e auxiliando na constituição de um mercado internacional especializado. Segundo Kury (2001), a instituição dessas práticas científicas no Iluminismo português não conflitou com a ideia de uma natureza como obra divina, mas afirmou a agricultura como sinônimo da superioridade moral do homem nessa criação.

Nas colônias francesas, os jardins botânicos e pequenos jardins de ensaio, com suas bibliotecas, herbários e laboratórios, eram compreendidos como verdadeiros laboratórios a céu aberto e serviram para o desenvolvimento inicial da carreira de jardineiros-botânicos formados nas metrópoles (BONNEUIL, 1997, p. 76). Diferentemente dos relatos de cronistas e viajantes dos séculos anteriores, que exaltavam o pitoresco, o exótico, o perigoso, o exuberante e o desordenado do Novo Mundo, os jardins de ensaio de fins do século XIX em terras estrangeiras buscavam organizar os elementos tropicais dentro de um plano quadriculado e retilíneo, como ponto de partida para a implementação de uma agricultura moderna (BONNEUIL, 1997, p. 77).

Além das instituições especificamente científicas, a necessidade de domar a natureza traduziu-se também na incorporação de árvores ao desenho arquitetônico das cidades a partir do século XVIII (ZUBE, 1973, p. 48). Na França, em particular, jardins geométricos com longos caminhos possibilitavam à nobreza fazer caçadas sem que isso os levasse para longas e distantes jornadas em meio às florestas. Já ao longo do século XIX, o projeto francês de embelezamento das cidades com "*boulevards*", parques, praças ajardinadas e centros cívicos, distribuiu-se pela Europa e pela América, ganhando diferentes usos e modelos (ZUBE, 1973, p. 49). Aos poucos a presença de árvores em lugares de escala monumental passou a indicar proximidade a algo importante nas cidades (ZUBE, 1973, p. 50).

À medida que as cidades se industrializaram no século XIX, os grandes parques urbanos ganharam destaque como fatores de salubridade,

com a preservação de mananciais de água ou do oxigênio e do clima, salientando a proximidade com a natureza como algo bom. Criado sob esse estímulo, o Parque de Nova Iorque foi modelo para muitos outros, por ter sido planejado para ser tanto um oásis pastoral quanto um lugar destinado ao cultivo de boas maneiras e gostos (as noções de beleza, de equilíbrio, de refinamento moral) da "gentry", para todas as classes (BEVERIDGE, 1983). Para Zube (1973, p. 50), a relação entre natureza e nobreza de valores e sentimentos ainda é uma noção presente nos dias atuais, perceptível quando se busca usar termos relativos à natureza para fazer menção a bairros ou locais nobres, por exemplo, *Forest Hills*, *Wood land*, *Lake Forest*.

Assim, ao mesmo tempo em que dogmas antigos foram sendo descartados e recodificados pelas ciências, o relacionamento de homens e mulheres com os animais e plantas foi sendo redefinido, fazendo surgir novas sociabilidades (KEITH, 1988, p. 18). A natureza passou a ser objeto do amor e até de obsessão humana por seu desígnio benévolo para com a humanidade, papel que cabia às ciências naturais desvendar. Com o embelezamento das cidades, com o cuidado na domesticação de cães e cavalos, com a criação de parques, de instituições de ciências naturais e com a construção de lagos e jardins, salvaguardava-se a posição do homem como criatura na obra divina, ao invés de criador, como faziam crer as indústrias, a iluminação noturna, a eletricidade, as máquinas e novos objetos, em especial na virada do século XIX para o XX (KEITH, 1988, p. 16).

Nesses novos ambientes naturais o olhar leigo também buscou reconstituir essa natureza, conforme os relatos dos viajantes naturalistas, criando um discurso e uma vivência repleta de lugares comuns ou *topoi*, depósito de mitos, lembranças e obsessões e de posturas contraditórias do homem em face da natureza, como criatura e/ou criador (SCHAMA, 1999, p. 24). Além da atividade científica não profissional em relação às plantas e animais, a arte, especialmente o romantismo, também buscou aproximar-se da natureza, representando-a de forma cada vez mais precisa ou mais abstrata, subjetiva e furtiva, já no século XX.

No Brasil, na virada do século XIX para o XX esse caminhar de leigos, artistas e amadores deu-se, a princípio, tanto dentro como fora das cidades. Relatos e memórias foram produzidos sobre esse caminhar, construindo representações sobre a fronteira ainda nebulosa entre a cidade e o sertão e possibilitando constantes reconstruções no tempo (ARRUDA; TORRES; ZUPPA, 2001, p. 193).

As “naturezas” da cidade e do campo seriam constituídas uma em relação à outra e também ao processo de construção da memória coletiva de uma “memória-nação” (ARRUDA, 2000, p. 48). Nessas memórias percebemos a intenção dos autores de legar para as futuras gerações rastros do processo de urbanização, em que a cidade tornava-se símbolo de modernidade, com seus meios e lugares próprios para a guarda da memória. A memória aqui é vista como lugar da ação e do conflito sobre esse processo de aculturação, modernização e de implantação de uma civilização brasileira do início do século XX (ARRUDA, 2000, p. 50-57).

Desse modo, mais do que uma duplicidade dicotômica entre cidade e sertão, estudar as ideias, os valores e simbolismos atribuídos à natureza implica em aceitarmos que nenhuma cultura é monolítica (WORSTER, 1991, p. 212). Assim, entendo que diferentes sociabilidades na urbe podem fazer dialogar a natureza, a sociedade e a cultura de formas específicas, tal como Gomes (2004) observou entre os conceitos de modernidade, sociedade e cultura.

As memórias de Abílio Barreto e Raul Tassini sobre a natureza de Belo Horizonte buscavam legitimidade de seus grupos junto a uma cultura mineira republicana que estava em constante construção. Não se trata de percorrer o mesmo caminho traçado pelos autores, revisitando os lugares e árvores que ainda existem hoje na urbe, mas de buscar compreender por que, historicamente, aqueles caminhos foram dignos de ser memorados em sua época e tentar identificar os significados e as relações tecidas diante dos planos republicanos para a nova capital no interior do Brasil.

Planejada para sediar o novo poder republicano, Belo Horizonte foi construída em fins do século XIX, longe das cidades mineiras tipicamente coloniais e ligadas ao poder monárquico. Nela está presente o modelo simétrico e barroco francês, o do oásis ou da arcádia dos parques públicos, ou mesmo o do jardim inglês. Tais influências marcantes e visíveis na sua arborização, praças ajardinadas e em seu parque público renderam-lhe o título de Cidade-Vergel ou Jardim (MAGALHÃES, 1989; CEREZO, 1997; SALGUEIRO, 1997; SANTA ROSA, 2002).

Não obstante, dentro do perímetro planejado nenhum bairro das elites recebeu nome relacionado a elementos naturais. Eles apresentam ligação com elementos religiosos, cívicos ou com a atividade/ocupação, por exemplo, Lourdes, Savassi e Funcionários. A exceção seria o bairro Barro Preto, que, inicialmente situado num terreno alagadiço, foi

ocupado por operários, recebendo melhoramentos urbanos somente depois de 1915, inclusive árvores e calçamento em suas ruas (FARIA, 1985).

Sobre o desenvolvimento de instituições de ciências naturais na capital mineira pode-se dizer que este ocorreu de forma fragmentada e pouco contínua. A primeira instituição dentro dessa categoria foi o Horto Florestal, criado na década de 1920. Ele foi dirigido por um ex-aluno da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - José de Mello Soares Gouveia - mas tinha apenas como objetivo secundário disponibilizar mudas para a arborização.

Por essa carência institucional, um olhar científico para a arborização poderia se dar a partir de diversas instituições não especializadas no assunto, ou de diferentes campos profissionais e até de amadores. Com exceção das atividades iniciais - coordenadas por dois estrangeiros, o arquiteto-paisagista francês Paul Villon e o agrônomo italiano Giovani Zolin - no Parque Municipal até início do século XX, apenas em 1947 foi criado um departamento específico de Parques e Jardins (DPJ) na Prefeitura.

Na chamada Campanha Educativa de Proteção às Árvores, criada conjuntamente com um plano de expansão e reforma urbana da capital na década de 1950, o objetivo era apenas estender o título de cidade-jardim para além da área planejada ou áreas suburbanas, o que denotaria seu real crescimento (GIANNETTI, 1951). Na mesma época foi criado o Jardim Botânico e Zoológico da Pampulha e posteriormente, em 1982, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, originada a partir do antigo DPJ.

Assim, contraditoriamente, podemos considerar que a arborização da moderna capital republicana foi um assunto pouco trabalhado no âmbito científico, ao contrário dos problemas médicos e sanitários, da construção civil e da indústria de mineração, que exigiram o olhar científico desde o início. Ao longo do tempo, nota-se que a arborização foi tratada politicamente, visando apenas à fruição estética, ao invés da observação das interações biológicas e ecológicas presentes - com a reposição constante sem planejamento, efetuada mediante a contratação de indivíduos ou floriculturas, e com o interesse simples pelo crescimento do número da área verde em relação ao número de habitantes. O objetivo implícito e contínuo dessas ações pontuais foi o de sustentar o título de Cidade-Jardim, colocando-a ao lado das demais capitais modernas e

industriais brasileiras do século XX, como a 'Cidade Maravilhosa' e a 'Cidade da Garoa'.

Sendo o aspecto verde uma peça importante para a construção da identidade da cidade, são comuns registros sobre essa relação entre homem e natureza. Na documentação examinada, seu verde pode ser visto como cabeleira, como vestido ou como novo "habitante" da cidade. Por isso, na pesquisa documental privilegiei outros tipos de registro sobre esse contato com a natureza: o escrito e o iconográfico, ao invés de publicações, práticas e discussões científicas. Esses relatos atestam um andar e novas formas de se relacionar com a natureza, em consonância com o que se fazia em outros lugares na mesma época - por exemplo, a prática de as famílias andarem sob a sombra benéfica das árvores, em contato com a natureza e com as artes, ao invés dos antigos encontros na intimidade de suas casas (ANDRADE, 1947, p. 85-86).

Abílio Barreto e Raul Tassini não eram cientistas naturais, mas puderam apreciar, observar, retratar e até criar crônicas históricas sobre a arborização da capital. Eles viveram em épocas próximas, mas pertencem a gerações diferentes, com profissões e inserções sociais distintas. Atualmente, eles estão unidos por seus registros, guardados no Museu de História Abílio Barreto (MHAB)¹. Destarte, dentro do contexto de modificação das sociabilidades em relação à natureza apresentado acima, em geral e em particular a Belo Horizonte, assumo que as diferentes redes de sociabilidade dos autores em questão possibilitaram certa relação entre a arborização e a identidade da capital mineira. Esta relação já foi verificada em outro artigo, dando destaque aos festejos do dia das árvores (DUARTE; OSTOS, 2005). Desse ponto de vista, o presente trabalho orienta-se pela perspectiva da história ambiental, em especial daquela que busca compreender a constituição histórica e social da natureza pelo homem no âmbito da cultura (DUARTE, 2005, p. 154).

ABÍLIO BARRETO E RAUL TASSINI EM BELO HORIZONTE

Tendo vivido boa parte da vida no decorrer do século XX, os autores em foco vivenciaram com diferentes idades o surgimento e o estabelecimento de uma nova cidade no interior de Minas Gerais. Abílio

¹ Aos funcionários do MHAB, agradeço pelo auxílio inestimável no levantamento e apresentação da documentação de Abílio Barreto, de Raul Tassini e sobre o acervo geral do Museu.

Barreto nasceu em Diamantina em 1883 e chegou ao antigo Curral del'Rey², quando ainda era menino, em 1895. Trabalhou boa parte de sua vida na Imprensa Oficial do Estado, na Avenida Augusto de Lima, sendo membro fundador de diversos periódicos mineiros, como o *Diário de Notícias*, a *Folha de Minas* e *Vida de Minas*, além de ter sido colaborador em outros jornais, inclusive do Rio de Janeiro. Nesse tempo, a nova capital constituía-se como um chamariz, possibilitando a vinda de muitas pessoas interessadas em fazer fortuna.

Depois de sua aposentadoria no funcionalismo público na década de 1930, continuou trabalhando por cerca de vinte anos em diversos cargos na própria Prefeitura, inclusive como chefe de gabinete do prefeito Otacílio Negrão de Lima a partir de 1949. O trabalho com as letras e a valorização do patrimônio literário mineiro são motivações evidentes no volume e conteúdo de suas obras, bem como na sua participação em diversas associações, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³, o Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto, o Instituto de Estudos Diamantineses, a Academia Fluminense de Letras e a Academia Mineira de Letras (AML), esta última transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1915.

De acordo com o que expõe Murari (2006, p. 124-125), entende-se que Abílio Barreto não só fez parte do círculo dos homens de letras da cidade, mas também buscou levar os objetivos da AML para outros campos de ação. Para aquela autora, esse "extrapolamento da proposta inicial da AML" na sociedade mineira era dado pelo trânsito das pessoas entre as atividades intelectuais e o meio político. Foi possivelmente por este trânsito que Abílio Barreto foi convidado para organizar e dirigir instituições, que, ainda hoje, estão atuantes na preservação da memória e patrimônio da cidade - tal como o Arquivo da Cidade e o Museu da Cidade, hoje Museu Histórico Abílio Barreto.

O primeiro convite deu-se em 1935, durante o primeiro mandato do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935 – 1938; 1947 - 1951). Este foi um dos poucos prefeitos eleitos por voto direto, ao invés de nomeados pelo chefe de governo ou pelo interventor federal. Em seus dois

² Nome do arraial em que foi construída a capital mineira

³ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma das instituições científicas criadas no Império que proporcionaram a manutenção de uma tradição científica em ciências naturais, em que a descrição da natureza revelaria as principais riquezas da Nação (FIGUEIRÔA, 1992).

mandatos, empreendeu uma série de trabalhos de melhoria da urbanização da cidade, inclusive em relação à arborização⁴. O segundo convite - aquele para organizar o Museu da Cidade - deu-se em 1941, durante a prefeitura de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1940-1945), o qual se destacou pela continuidade dos trabalhos de Otacílio Lima, que construíra a barragem da Pampulha, ao projetar um complexo urbanístico e paisagístico na mesma localidade.

Os dois Prefeitos acima mencionados fizeram parte de uma dissidência do Partido Republicano Mineiro (PRM) a partir de 1931 - o Partido Progressista, que durou poucos anos. Deste faziam parte também Bias Fortes, Antônio Carlos e Gustavo Capanema. A principal característica dessas personalidades era formação profissional (direito, medicina e engenharia) e terem nascido já no período republicano. Fizeram uma oposição radical aos ideais republicanos originais, tal como propôs Silviano Brandão, um dos fundadores do partido (WIRTH, 1977, p. 114).

A exemplo do que ocorria no âmbito nacional, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938), ou mesmo na Prefeitura de São Paulo, pela ação de Mário de Andrade, em Belo Horizonte também foram buscados os homens de letras para influenciar a educação, para as chefias de gabinete ou para a direção de órgãos de preservação do patrimônio cultural. Sobre esse trânsito entre literatura e política, Bomeny (1994, p. 103, 121) toma emprestada a expressão do poeta Cyro dos Anjos - "a geração de chefes de gabinete" para referir-se à geração de Carlos Drummond, que na década de trinta foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema, quando este foi Ministro da Educação.

Além do trânsito político e literário das academias, grêmios, jornais e institutos, Abílio Barreto também circulava pelo meio citadino dos literatos de Belo Horizonte. Estes se reuniam nos cafés e na Livraria Alves. Eram modernos mas tinham suas ressalvas com a modernidade. Tinham posturas ambíguas diante do novo, por exemplo, em relação à Semana de 1922. Isto ocorria tanto por suas ligações partidárias ao PRM como por serem pessoas de estilos diferentes (CURY, 1998). O grupo de

⁴ Grande parte das informações sobre a arborização da cidade foi levantada nas "fichas" de Abílio Barreto, cuja documentação no MHAB está organizada sob o código ABPI. Outra parte menor das informações, sobre as atividades da Prefeitura, foi compulsada no levantamento realizado e disponibilizado pelo grupo de pesquisa coordenado pela Prof^a. Regina Horta Duarte (Projeto CNPq: Árvores da Cidade), a quem agradeço pela leitura crítica deste texto.

modernistas dialogava com o lirismo clássico de Abílio Barreto e com a vanguarda artística de Anibal de Matos (CURY, 1998, p. 75-76).

Anibal de Mattos nasceu no Rio de Janeiro em 1889 e estudou na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) do Rio de Janeiro. Veio para Belo Horizonte a convite de Bias Fortes em fins da década de 1910, para garantir a manifestação de uma arte nos moldes do academismo. Inicialmente, na história da ENBA, a paisagem era preterida por outros tipos de pintura, como a pintura histórica; mas posteriormente, por influência do diretor Manuel Araújo Porto Alegre (1854 - 1957) e do professor Georges Grimm (1874 - 1884), a pintura da paisagem recebeu nova abordagem. Era necessário pintar ao ar livre, pela aquarela, destacar as cores e luminosidades para fazer um registro preciso da essência da natureza tropical, o qual propiciasse a construção de uma nacionalidade brasileira (SQUEFF, 2000, p. 273).

Em Minas Gerais, nota-se a presença de ex-alunos de Grimm, como Honório Esteves, Frederick Steckel e o próprio Anibal de Matos, em cujas obras a paisagem foi exaltada como uma visão nacional do paraíso (RIBEIRO, 2000, p. 300). Foi somente a partir de Genesco Murta, ex-aluno de Anibal de Mattos, na década de 1930, que a paisagem começou a ser tratada com maior vitalidade e com pinceladas mais ousadas, fazendo uso de observações diretas da natureza e distanciando-se um pouco das questões nacionalistas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1991, p. 11). Mas na época em que Anibal de Matos foi chamado para vir a Belo Horizonte, o academismo era a vanguarda necessária para a representação oficial e artística da cidade, de acordo com os valores das elites republicanas mineiras.

Raul Tassini foi aluno de Anibal de Mattos na Escola de Belas Artes de Belo Horizonte (1928), apresentando seus trabalhos nos salões e exposições das décadas de 1920 e 1930. Ainda na década de 1940, acreditava que a escola modernista, como a de Arberto da Veiga Guignard, também ex-aluno de Anibal de Mattos, não ensinava a verdadeira arte - a da academia ou, segundo ele, a arte clássica (RTae 13/020, MHAB). Mesmo realizando excursões ao Horto Florestal e à Pedreira da Carapuça (RTae 13/003, 1945, MHAB), Raul Tassini dialogaria diretamente com os remanescentes do primeiro grupo de literatos conservadores de Belo Horizonte.

Filho natural de Belo Horizonte (1909) e de imigrantes italianos que residiram e tiveram uma fábrica de carroças na zona urbana da

cidade⁵, Raul Tassini teve na educação uma forma de ascensão social. Ingressou na Escola de Odontologia Tiradentes no início da década de 1930, mas ao perder a mão direita quando fazia a limpeza em uma das máquinas do *Diário Católico*, formou-se como farmacêutico ao invés de dentista. Iniciou sua vida profissional de acordo com seu diploma, na farmácia Santa Edwirges, no bairro Santa Teresa, cuja parte mais antiga pertence ao perímetro da área planejada.

Mesmo assim, manteve seu interesse pela arte, como desenhista e fundador da Sociedade Artística Oswaldo Teixeira. Seus desenhos foram publicados no *O Diário* e no *O Lavourense*, que traziam notícias sobre a vida social e cultural da cidade e do Banco da Lavoura. De 1946 a 1968, quando se aposentou como bancário naquela instituição, Raul Tassini dirigiu aquele jornal e escreveu várias crônicas nele publicadas.

As semelhanças com Abílio Barreto não se esgotam na inserção de Raul Tassini na imprensa periódica, ele também fora membro de um Instituto Histórico e Geográfico de Belo Horizonte (1943) e membro fundador e participante de diversas sociedades, entre elas o Ateneu Internacional de Cultura, criado em 1958 com sede no Parque Municipal. Apesar disso e de terem trabalhado juntos no Museu da Cidade nas décadas de 1940/50, assumimos aqui que os autores pertenceram a grupos e trajetórias de gerações distintas na cidade.

O primeiro não só pertence ao grupo dos letrados mineiros, dialogando diretamente com membros do modernismo e do poder republicano mineiro, mas conseguiu, por seus diversos cargos públicos, certo destaque na sociedade mineira. Já o segundo, como filho da classe operária, foi educado já na perspectiva das reformas educacionais promovidas pelo primeiro grupo, buscando pelo diploma de ensino superior sua ascensão social e financeira, mas atribuindo à arte clássica papel importante na continuidade da missão civilizadora.

⁵ A imigração italiana em Minas Gerais seguiu os padrões de outras localidades, como o subsídio e a preferência por grupos familiares para o trabalho agrícola. Mas particularmente em Minas Gerais buscaram a imigração para colonizar áreas pouco povoadas, como a nova capital mineira, para "civilizar" o interior mineiro (BOTELHO, 2002).

ANDANDO PELAS RUAS DE BELO HORIZONTE... QUE NATUREZAS VIRAM?

Da documentação dos dois autores consultada no MHAB, selecionamos para esta análise alguns textos ficcionais, anotações diversas, discursos e textos publicados em seus livros sobre a história da cidade, especificamente aqueles que fazem menção a algum “elemento natural”. Começamos por Abílio Barreto e por seu capítulo sobre o Parque Municipal e a arborização de Belo Horizonte no livro *História descritiva de Belo Horizonte* (1936). Nele o parque foi descrito como um lugar criado e mantido por profissionais competentes, como engenheiros da Comissão Construtora, prefeitos o arquiteto - jardineiro francês Paul Villon, refletindo seu conhecimento sobre os homens de poder daquele tempo.

Apesar de o objeto de sua narrativa ser a arborização e o parque, Abílio Barreto não entra em muitos detalhes sobre a sua constituição ou o desenvolvimento de sua flora e fauna, preferindo a descrição do projeto arquitetônico inicial, do seu restaurante, do cassino e do posto meteorológico. Se antes o parque era uma chácara com seu pomar, agora era um grande feito de uns pela nova civilização de belorizontinos – do “povo montanhês”, como sublinha em diversas ocasiões. Essa nova natureza era representativa de uma civilização distinta daquelas que se estabeleceram na costa brasileira, era a civilização do “*hiterland*”.

Na reflexão histórica de Abílio Barreto sobre os homens que construíram essa cidade, cabia a eles concretizar na pródiga terra mineira um destino - ser a nova capital. Como muitos outros discursos, o dele reiterava a origem bandeirante da colônia mineira para, enfim, ver concretizar-se o sonho de uma terra independente (MELLO, 1996, p. 38). Ter acompanhado tantas transformações parecia a ele “[...] como um poema transformado em *urbs* pela sapiência divina” (BARRETO, ABPI 1/0016, p. 8, MHAB).

Depois de cinquenta anos, a capital bem poderia ser a concretização de uma das ideias “proveitosas” que os “Jardineiros do Ideal”, grupo literário de Belo Horizonte, teriam assinado em seu livro (BARRETO, ABPI 1/011, 1943, p. 5, MHAB). Estes que prestigiavam a cidade de cultura, como “bandeirantes da intelectualidade”, seriam ovacionados com flores, em algumas ocasiões, pela “sociedade mineradora” (BARRETO, ABPI 1/011, 1943, p. 6, MHAB). Como se vê, para Abílio

Barreto parece normal que os elementos naturais estivessem vinculados ao prestígio da nova cidade e de seus ilustres habitantes.

Assim, na escrita da história de Belo Horizonte, a arborização seria mais um elemento que confirmaria os valores nobres desse novo grupo que se instalava no poder com a República e com a fundação da nova Capital. Sua noção de natureza entende que o homem está no topo de uma cadeia divina, portanto pode definir o que lhe serve ou não. As árvores do parque e da rua possibilitariam a contemplação da obra divina e do papel do homem na natureza e na nova sociedade que despontava.

Já para o menino Abílio Barreto, segundo as anotações de suas lembranças de 1895, ficaram apenas as imagens dos ipês floridos ao chegar ao antigo Curral del Rey no mês de setembro (BARRETO, ABPI-5/016, 1945, MHAB). Não obstante, essas imagens floridas e mansas da meninice, quando transformadas em história, tornavam-se, por exemplo, ao lembrar-se do Parque Municipal “[...] um matagal agreste, com restos de pomar da extinta chácara, cujo último proprietário fora Guilherme Ricardo Vaz de Melo” (BARRETO, 1952, p. 113). A natureza colorida e desconhecida, do discurso romântico, não resistiu ao discurso fundador e positivo da nova capital. Foi essa a ideia que transmitiu aos alunos dos grêmios literários das escolas 12 de Dezembro, EE José Bonifácio e EE Silviano Brandão (BARRETO, ABPI 1/20, 1949, MHAB).

Ele inicia sua palestra dizendo às crianças que lhes contaria uma história verdadeira, porque não era inventada - como as histórias da carochinha: “A história de que eu quero falar a vocês é outra, é a legítima, é a que nos conta o demais importante que aconteceu sobre a terra, ou sobre um continente, ou sobre um país, ou sobre um lugar ou sobre uma coisa qualquer, desde o princípio [...]” (BARRETO, ABPI1/20, 1949, fl. 01, MHAB). Ele, então, pergunta como nascera Belo Horizonte, salientando como força impulsionadora desse acontecimento a mão divina e as distintas famílias que primeiro chegaram. Salienta ainda que “[...] Nas terras onde está hoje o Estado de Minas Gerais só havia matos, índios e bichos e também muito ouro e pedras preciosas a que os índios não davam o menos valor, porque eles eram ignorantes e nada tinham aprendido” (BARRETO, ABPI1/20, 1949, fl. 01, MHAB).

Para Abílio Barreto, a cultura necessária para fundar a República mineira estava baseada na crença em Deus, que se manifestava na nobreza de certos homens e em seus conhecimentos científicos. Um conhecimento que os índios não tinham e por isso estavam fadados ao

desaparecimento e a não desfrutar das riquezas naturais. Daí vem a referência depreciativa aos índios e seus “matos”, bem como aos plantadores de árvores frutíferas para o comércio local, que faziam riqueza para si e sem a razão científica.

Ao historiador Abílio Barreto caberia apenas narrar essa sucessão da retirada desses inimigos irracionais até o presente, como a mais pura realidade passada, pontuando sempre os nomes daqueles antepassados que os ligavam à civilização. De acordo com essa noção de história e de natureza, podemos compreender o conjunto de fichas de anotações de Abílio Barreto, as quais supostamente seriam utilizadas para a elaboração do terceiro volume sobre a história contemporânea de Belo Horizonte.

Nelas podemos identificar os elementos escolhidos para uma história mais específica sobre a arborização da cidade. Essas anotações assinalam quando a Prefeitura iniciou os trabalhos de arborização e sua manutenção, indicando quem foram os contratados para executar estas atividades e elencando as espécies plantadas e os nomes das primeiras ruas que receberam essa melhoria. Reconstituindo-se essa progressão, nota-se que as primeiras ruas arborizadas foram aquelas nas imediações do centro de poder, ao redor da Praça da Liberdade, e as principais avenidas que chegavam até esta. Assim, por entre notas dos relatórios e dos jornais oficiais, Abílio Barreto recolheu e transcreveu os nomes das plantas, usando a terminologia científica e, às vezes popularizando-a - por exemplo, casuarinas, cinamonas, dileneas, saponárias (BARRETO, ABPI 7/007, fichas, MHAB).

Nessa cronologia, que vai desde início do século XX até 1930, há dois pontos altos de intervenção do poder público na arborização. O primeiro deles se dá a partir de 1917, quando várias medidas foram tomadas para a manutenção dos trabalhos de Paul Villon. Elas visavam conter os “crimes” da população contra a arborização, como o roubo de mudas, das gaiolas que as protegiam ou mesmo a sua derrubada. Para Abílio Barreto (BARRETO, ABPI 7/007, fichas, MHAB) eram “malfeitores” e “iconoclastas”, numa clara alusão à obra de arte de Deus e à natureza da Nação.

O segundo momento diz respeito à formação de uma comissão de especialistas para a reformulação da arborização da cidade em 1922-23. Participaram dessa comissão: Álvaro Astolpho da Silveira, engenheiro de minas, civil e reconhecido naturalista à época; José Soares de Gouveia, um dos diretores do Horto Florestal; e João Batista Gomes, chefe do

patrimônio da cidade. O principal resultado da comissão teria sido o estabelecimento de critérios baseados nas próprias espécies, ao invés de critérios estéticos ou arbitrários, uma vez que o serviço de limpeza e de poda das árvores era comandado por um capitão da Armada.

Essas ideias já haviam sido ventiladas anteriormente por Álvaro da Silveira, em textos sobre a arborização, e publicadas também no *Diário de Minas*, no início do século XX. Nas ideias de Álvaro da Silveira nota-se a correlação entre as árvores e a maternidade, ressaltando sua função de fornecer uma sombra alentadora para a vida agitada dos transeuntes; entretanto os trabalhos de divulgação sobre a importância da natureza não se restringiriam ao incentivo do amor pelas árvores, mas passaria pela observação das leis naturais presentes. Isto é, para Álvaro da Silveira, seria necessário reconhecer cientificamente as características próprias daquela natureza. Para ele, na arborização não deveriam ser levadas em conta todas as necessidades humanas, como no caso das podas de caráter estilístico ou o gosto por determinadas espécies, mas aquilo que se concebia como cientificamente natural (SILVEIRA, 1914).

Aliás, para Álvaro da Silveira o Parque Municipal deveria seguir os preceitos da Silvicultura e tornar-se um lugar do conhecimento científico ou da sua popularização. Para ele bastava que cada árvore contivesse uma placa, informando seu nome científico e a data da sua plantação, para que os transeuntes acompanhassem o seu desenvolvimento e com isso analisassem o desenvolvimento de cada uma, mesmo em idênticas condições de solo e clima (*Diário de Minas*, “Eucalyptus do Parque”, 1899, p. 1).

Não obstante essas ideias, até onde pude verificar, nada foi feito à época para que essa visão científica sobre a arborização da cidade fosse popularizada. Assim, não é de espantar que nem Abílio Barreto nem Raul Tassini, nos momentos de ocorrência de pragas nas árvores da cidade, tenham assinalado o nome de especialistas e de instituições científicas que tivessem por objeto a arborização da cidade, dando soluções outras para além do corte das árvores. Não encontramos referências, por exemplo, à participação de Oscar Monte – entomólogo mineiro conhecido nacionalmente, formado pela Escola de Engenharia Agrônoma de Belo Horizonte, o qual na década de 1920 era professor dessa cadeira da mesma instituição.

Abílio Barreto notifica em suas fichas (BARRETO, ABpi7/007, cx. 5, MHAB) dois casos de ataque, em especial aqueles ocorridos nos

ficus⁶ da Avenida Afonso Pena, que formavam um extenso *boulevard*. No primeiro deles, entre setembro e outubro de 1910, borboletas mortas em grande número e exalando um cheiro desagradável teriam aparecido pelo chão da Avenida. Nesse caso, deu-se apenas a sua remoção. Abílio Barreto comenta que em São Paulo foram tomadas as mesmas providências, não se obtendo sucesso. Somente com o aumento do número de pardais, que comiam suas larvas, as borboletas teriam desaparecido.

No segundo caso, em setembro de 1927, Abílio Barreto comenta que a Prefeitura mandou arrancar da mesma avenida muitos “ficus” atacados por ‘*Xyleboras Ihering...*’, segundo o parecer de técnicos que estudaram o assunto, sem comentar quem eram. No texto de Abílio, este pequeno besouro (*Xyleborus iheringi* Iglesias 1914), da família *Scolytidae*, foi descrito como um *parasita*, num sentido distinto e vulgar do termo.

Em seu livro *Verdades Históricas e Pré-históricas de Belo Horizonte* (1947), Raul Tassini conta o que se lembra do seu trajeto de casa até a farmácia, provavelmente no início da década de 1930. Aquela época desconhecia por que haviam cortado os “jaloeiros” da Rua Goitacazes; mas logo em seguida pôde constatar que ressurgiram “[...] fartas e verdes cabeleiras, que freíam ao vento, ou à chuva” (TASSINI, 1947, p. 114). Por esse trecho, nota-se como o círculo em que se insere Raul Tassini está presente nas suas descrições. É muito comum vê-lo usando o termo verde-esmeralda para se referir às copas das árvores, como alusão a uma terminologia de cores utilizada entre os artistas, ou mesmo a um cabelo feminino.

Não obstante, depois daquele corte outros apreciadores das árvores não voltariam mais. Os pardais haviam migrado para os “ficus” da Avenida Augusto de Lima e da Avenida Afonso Pena, “[...] onde construíram outros ninhos de gravetos, ou de plumas, para o sono, para a postura, para os filhotes. Meses se passaram sempre que os pardais voltassem a preferir os jaloeiros, já com sua cabeleira reposta pela natureza, tão pródiga [sic]” (TASSINI, 1947, p. 114).

Desolado, sem ouvir o barulho da passarada, o próprio Raul Tassini preferiu passar pela Avenida Augusto de Lima. Ele e os pássaros

⁶ Nas fichas de Abílio Barreto, encontramos os seguintes nomes: ficus, ficus benjamim e ficus benjaminea, tanto em documentos separados como num mesmo documento. Todas essas designações podem estar designando diferentes espécies *Ficus benjamina* L., *Ficus microcarpa* Blume ou *Ficus retusa* L.

sabiam se defender, mas as árvores não. Este é o sentimento que ele nos passa em seu texto. Os pássaros, unidos e famintos, reuniam-se para atacar as plantações, "Quanto aos jaleiros não eram mais do que simples troncos fincados" (TASSINI, 1947, p. 114) depois do corte. Este, que ocorreu em 1934, era também um golpe em sua memória pessoal.

Ele conta: "[...] passei por essa rua, em certo ponto no entanto, baixei os olhos, novamente os levantei e fiquei na contemplação do passado, lembrando-o. Ai está o meu bom tempo de criança do jardim da infância 'Delfim Moreira', quando atirávamos pedrinhas [...]" (TASSINI, 1947, p. 114), mirando a frondosa copa que se abria no ar, ou então, recolhendo seus frutos ao chão. 'Jalão! Jalão!', escutava Raul Tassini como se ainda fosse menino ao se aproximar daquela rua e olhar aquelas árvores, como se elas retivessem em si sua memória. Jalão era o nome dado pelos meninos e pelo povo para 'Jamboeiro'.

Na mesma rua ainda se lembrou de quando, já rapaz, subia ao segundo andar do edifício de 'O Diário', que se achava em construção e onde ele trabalhava, para apanhar 'jalões'. Com o corte parcial e a mudança dos pardais, uma nuvem de "negros lagartos grotescos" passou a povoá-las. "Andavam, era natural que o fizessem, mas ao tocar o ser humano, soltavam pelugens, causticas, daí advinha a urticária [...]" (TASSINI, 1947, p. 120). De dia Raul Tassini os via como bordados negros, outra alusão ao seu cotidiano, porque se agrupavam nos troncos das árvores; à noite "demandavam os muros das casas, invadindo os jardins silenciosos e perfumados, ai mergulhando, desaparecendo muitos deles, na terra" (TASSINI, 1947, p. 121), sendo esta uma referência mítica ao que guardava a terra mineira.

Esses insetos tidos como indesejáveis foram o motivo para o primeiro corte, em 1934. Sabendo e observando isso pessoalmente em 1938, não haveria por que criticar o corte das árvores para além do corte em sua memória, nem mesmo a atitude do Dr. Porto Maia, que, "[...] num espírito de desprendimento, levou a sua casa um dos insetos negros, com ele tocando o braço dos filhos e do seu próprio. Resultado foi que um dos seus filhos queimou de febre. Estava positivado o clamor público." (TASSINI, 1947, p. 120).

Esses cortes e as mudanças de perfil na paisagem urbana, "levou-se a cortina natural" (TASSINI, 1947, p. 121), como um pano de boca num teatro, possibilitavam sucessivas crônicas da substituição e ao mesmo tempo um cenário para atuações desprendidas de interesse

pessoal. A natureza servia à civilização, mas quando esta lhe mandava pragas naturais, era preciso a ação do poder cívico, a ação de um em função de todos, sem a intromissão da ciência. A cultura mineira adequava-se ao bem e ao mal que a natureza lhe proporcionava, contando com sua sapiência divina e espírito ativo.

Apesar das suas sucessivas crônicas sobre os cortes de gameleiras⁷, dos fícus da Avenida Afonso Pena e de suas memórias, para Raul Tassini as árvores que sobravam desde o tempo da fundação da capital ou antes dela eram verdadeiras materializações do passado no presente, "são sentinelas do passado, velando o presente" (TASSINI, 1947, p. 63). Narrar sobre essas árvores é falar sobre relíquias, mas é também nunca perder de vista quão bela sempre foi a cidade, unindo facilmente uma paisagem colonial à republicana sem distinções.

Segundo ele, fazer essa narrativa era um trabalho de paciência que dava à cidade, recolhendo nela suas joias vegetais. Sua História não é tão positiva quanto a de Abílio. Mesmo assim é importante ressaltar que se trata de joias (gemas e minerais), uma riqueza que está alocada na terra. Nomeando como seu precursor Álvaro da Silveira e mencionando onde estavam gameleiras, coqueiros, óleos (copaíbas), jatobás, jaboticabeiras, licuris, fícus e ipês, num extenso texto. Ele repete esse mesmo procedimento de colecionar joias vegetais, num texto sem data, em que homenageia seus colegas de banco, pois, "[...] como as árvores da cidade, são eles as centenas disseminados por mais de setenta filiais e agências" (TASSINI, RTpe 1/030, MHAB). Nesse trecho, entendemos que Tassini podia identificar seus amigos individualmente tal como fazia com as árvores da cidade, apesar de sua organização repetitiva pelas ruas, seu metódico espaçamento e disposição na calçada. Tassini vê em cada árvore um amigo e em cada amigo uma peça de um organismo vivo - que trabalha em prol do todo.

Em 1954, ao passar pelo adro da Capela da Boa Viagem, notou que uma das gameleiras centenárias tinha uma pequena mudinha, mediu-a e a transplantou para uma lata em sua casa (TASSINI, RTpe2/48t, MHAB). Pensou que podia oferecê-la à cidade quando a árvore-mãe tombasse e assim continuaria a tradição da Cidade-Vergel. Esta seria a sua contribuição para a continuidade de uma natureza intocada que não devia ser retirada de seu local de origem e de seu solo sagrado.

⁷ As gameleiras (*Ficus adhatodifolia*), assim como os fícus, fazem parte da mesma família, *Moraceae*.

CONCLUSÕES

Belo Horizonte, assim como Brasília, é uma das poucas cidades planejadas e de traçado moderno no País (SANTOS, 2001, p. 71); entretanto, apenas recentemente as árvores da capital mineira foram objeto dos especialistas informados por conhecimentos científicos. A despeito disso, foi pela ação do discurso histórico, da vivência e do registro da memória que as árvores foram aderidas ao discurso político hegemônico. Elas traziam singularidade à capital mineira - como cidade-vergel -, tornando-se emblemas de uma natureza benévola, expressão da beleza e da sapiência de Deus desde sempre.

A sombra das árvores embelezaria os amores da sociedade mineira ao mesmo tempo em que daria um certo cuidado àqueles que andariam até o trabalho ou à escola, tratava-se de uma natureza democrática. Entretanto, cortá-las, substituí-las, usá-las para a propaganda ou retirá-las era um poder de poucos, os mesmos que souberam reservar a si na intimidade de seus palacetes, pequenos pedaços desse paraíso terrestre (MENEZES, 1997, p. 23 e 33). Ou mesmo aqueles que classificavam a natureza ao redor da cidade como “matos brejosos”, tal como havia salientado Olavo Bilac em 1894 (MAGALHÃES, 1989, p. 39), bem como a produção agrícola não moderna à barbárie, que se relacionava diretamente às ‘matas raquíticas’, que eram retiradas irracionalmente ‘pelo corte e pelo fogo’.

Essas expressões, citadas no relatório do Prefeito Olinto Deodato R. Meireles (07/09/1910 – 07/09/1914), tinham em vista sinalizar para a necessidade de preservação das matas. Para tanto, propunha a substituição da vegetação natural - já cortada e de aspecto, segundo ele, não desenvolvido - por eucaliptos, cedros, ipês, caneleiras, palmeiras e pinheiros, árvores também usadas na arborização. A construção dessas novas florestas fazia coro com o movimento iniciado no século XIX, em que as matas, termo comum ao ambiente rural, foram transformadas em florestas construídas, cujas descrições faziam uso de termos próprios à academia, segundo (KEITH, 1988; DIAS, 2004). Em Minas Gerais, o grupo dos “reformistas”, ligado à construção da capital, parece ter sido a principal expressão desse pensamento sobre a natureza, apresentando traços semelhantes ao pensamento naturalista de viajantes do século XIX, os quais viam uma relação direta entre agricultura e civilização (KURY, 2001, p. 105; RIBEIRO, 2002, p. 186).

Em que pese a essas considerações, segundo Coutinho (1981, p. 115-117), a presença de fogo em ambientes de cerrado pode ter sido antiga e constante mesmo sem a interferência humana. Numa região do município de Pirassununga, em São Paulo, foram encontrados fragmentos de carvão geral no interior do solo, sendo esta amostra datada de aproximadamente 8.600 anos, sem apresentar ao seu redor materiais originados de populações humanas. Essas análises relativizam a prática das queimas como danosa ao cerrado, tanto no presente como no passado, salientando como determinados discursos foram efetivos em consolidar uma oposição entre civilização e barbárie, entre colonos e indígenas. Dessa maneira também procederam Abílio Barreto e Raul Tassini, cada qual em sua linguagem e sociabilidade com a natureza, identificando e legitimando a Cidade-Vergel.

Não obstante, entre o jardim privado - ornamentado com rosas perfumadas - e as matas de propriedade do Estado, repletas de eucaliptos e outras árvores de grande porte, estavam as árvores das ruas, das praças, dos jardins e do Parque Municipal, locais em que se apresentavam os mais distintos segmentos sociais e em que era necessário fiscalizar e educar. Queriam essas árvores como elementos da civilização, mas, como também pudemos identificar na memória de Raul Tassini, a ordem do trabalho tornava as árvores da cidade semelhantes aos trabalhadores urbanos. Ricas seriam apenas aquelas centenárias, as das famílias tradicionais mineiras, as que propiciaram e presenciaram de dentro da urbe a chegada da modernidade.

Contar sobre um contato não civilizado com a natureza feito muito tempo atrás era e ainda pode ser entendido como um crime prescrito (GUIMARÃES, 2005). Deste modo, a preservação da memória dessas árvores deveria estar atrelada a um discurso que as ligasse ao surgimento de uma nova civilização, de um homem moderno, sendo essa a tônica das representações dos autores analisados.

Neste discurso apagavam-se outros elementos naturais também representativos do local dos quais se tinha conhecimento, mas aos quais não se atribuía valor. Por exemplo, noto aqueles presentes outrora nas cartas de demarcação pelos termos matas virgens, campos, capoeira, chapada de campos e brejais, assim como algumas madeiras (sucupira, jacarandá) (BARRETO, ABPI 8/042, MHAB), ou aqueles elementos

criados a partir das instituições de História Natural do Império⁸, como as árvores frutíferas, muito presentes no arraial em que a capital foi erguida. O registro sobre a arborização da cidade reconstituía uma origem natural para aquela nova ocupação humana. Ele foi feito de acordo com o olhar de cada grupo social, mas fazendo prevalecer mitos sobre a terra, o índio, as pragas, e conforme a hierarquia religiosa dos mundos físicos que eram comuns à cultura mineira na época.

REFERÊNCIAS

Eucalyptus do Parque. *Diário de Minas*, p. 1, 1899.

ANDRADE, D. *História alegre de Belo Horizonte*: comemoração do cinquentenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1947.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

ARRUDA, G.; TORRES, D.; ZUPPA, G. *Natureza na América Latina*: apropriações e representações. Londrina: Ed. da UEL, 2001.

BARRETO, A. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva: história média. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1936.

BARRETO, A. Cinquenta e sete anos de existência em Belo Horizonte (20/09/1895 – 20/09/1952). *Anuário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, n. 1, p. 95-193, 1952.

BEVERIDGE, C. A park for the people: New York's Central Park was designed to expose all social classes to the civilizing force of natural beauty. (designers Frederick Law Olmsted & Calvert Vaux)". *Natural History*, Nova Iorque, v. 92, p. 28-39, Aug. 1983.

BIASUTTI, L. C. Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais. Belo Horizonte, [s.n.], 2003.

BOMENY, H. *Guardiões da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

⁸ Cf. Arquivo Público Mineiro, Série 1, Correspondências Recebidas, Sub série 27: pp1/27, CX. 1, Jardim Botânico de Ouro Preto, 1833.

BONNEUIL, C. Le jardin D'essais de conakry. Le lieu ou S'inventent les tropiques. *La recherche*, Paris, v. 300, p. 76-80, juillet/aout. 1997.

BOTELHO, T. R. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 13., 2002, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002. p. 1-25.

CEREZO, F. L. B. Vegetação urbana, áreas verdes e espaço público em Belo Horizonte. In: PAIVA, E. F. (Org.). *BH: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdade Newton Paiva, 1997.p. 109-136.

COUTINHO, L. M. Aspectos ecológicos do fogo no Cerrado. Nota sobre a ocorrência e datação de carvões encontrados no interior do solo sob Cerrado. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, n. 4, p. 115-117, 1981.

CURY, M. Z. F. *Horizontes modernos: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

DIAS, C. R. S. Por uma história da silvicultura: da originalidade à subserviência In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO. 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FGV, 2004. v. 1. Mimeogrado.

DIAS, F. M., Pe. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Typ. de Belo Horizonte, 1897.

DOMINGUES, H. B. *O jardim botânico do Rio de Janeiro: espaços da ciência no Brasil 1800 –1930*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2001.

DUARTE, R. H.; OSTOS, N. S. Entre ipês e eucaliptos. *Nômadias*, Bogotá, v. 22, 74-85, 2005.

DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Latin-Brazilian Review*, Madison, v. 41, n. 2, p. 144-161, 2005.

FARIA, M. A. F. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 1, p. 26-43, nov. 1985.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. *Interciência*, Caracas, v. 17, n. 3, p. 141-146, maio/jun. 1992.

GIANNETI, A. R. *Plano Programa de administração para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1951. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951

GOMES, Â. de C. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo. O caso de Festa. *Luzo-Brasílian Review*, Madison, v. 41, n. 1, p. 79-106, 2004.

GUIMARÃES, R. *Belo Horizonte: a cidade de cada um*, Parque Municipal. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2005.

KEITH, T. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

KURY, L. B. *Entre utopia e pragmatismo: história natural do iluminismo tardio, da revolução científica à big science*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, B. de A. *BH: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1989.

MELLO, C. F. B. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.). *Belo Horizonte: horizonte históricos*. Belo Horizonte: C/A Arte, 1996. p. 11-48.

MENEZEA, I. P. *BH, residência, arquitetura*. Belo Horizonte: Grupo Geraldo Lemos Filho, 1997.

MURARI, L. A metrópole sertaneja e a oficina literária. *Revista da Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, v. 40, n. 84, p. 123-134, abr./maio/jun. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Aníbal de Matos e seu tempo*. Belo Horizonte: PBH/SMC, 1991.

RIBEIRO, Á. E. M. A economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no nordeste de Minas Gerais no começo do século XX". In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 9, 2002, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002. p. 179-210.

RIBEIRO, M. A. A paisagem mineira contemporânea. In: SALGUEIRO, H. A. *Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, 2000. p. 299-305.

SALGUEIRO, H. A. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SANTA ROSA, J. B. *Belo Horizonte - "Cidade Jardim" a utopia de um urbanismo ajardinado: os planos urbanísticos de 1895 e 1935*. 2002. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, P. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SCHIEBINGER, L. Cuando la ciencia era mujer. In: ORDOÑEZ, J.; ELENA, A. *La ciencia y su público: perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Estudios Sobre la Ciencia, 1990. p. 71-111.

SCHIEBINGER, L. The Mind has no sex? Woman in the origins of modern sciences. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SILVEIRA, Á. *A arborização de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.

SQUEFF, L. C. Fundando a paisagem nacional: o urbano e o selvagem no pensamento de Araújo Porto Alegre (1806 - 1879). In: SALGUEIRO, H. A. *Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, 2000. p. 273-279.

WIRTH, J. D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889 - 1937*. California: Stanfor University Press, 1977.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZUBE, E. H. The natural history of urban trees. *Natural History*, Nova Iorque, v. 82, n. 9, p. 48-51, nov. 1973. Especial Supplement.